PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

Discurso de Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

por ocasião da Sessão Solene da Abertura da 3.ª Sessão Legislativa da

III Legislatura do Parlamento Nacional

15 de setembro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssima Primeira-Dama,

Ex.mos Senhoras e Senhores Deputados,

Ex.mo Senhor Primeiro-Ministro do V Governo Constitucional,

Ex.mos membros do Governo presentes,

Meritíssimo Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Recurso,

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo Diplomático e das Organizações Internacionais Acreditadas em Timor-Leste,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras,

e

Meus Senhores,

Senhor Presidente da República,

É meu desejo em primeiro lugar dar as boas vindas a Vossa Excelência e manifestar a nossa enorme satisfação por nos honrar com a Vossa presença aqui no Parlamento Nacional para a abertura da Terceira Sessão Legislativa da III Legislatura.

Em segundo lugar quero saudar os ilustres convidados e exprimir a nossa profunda gratidão por partilharem connosco este momento importante desta Magna Casa.

É a segunda vez, nesta Legislatura, que celebramos em Sessão Solene o início do ano parlamentar, o qual consiste no terceiro de uma Legislatura composta por cinco anos. Trata-se, portanto, do momento em que chegamos ao meio do nosso mandato e em que já será possível efetuar uma avaliação, um balanço do que foi feito e identificar as prioridades do que ainda nos falta fazer de modo a cumprir o mandato para que fomos eleitos.

Não cabe aqui descrever detalhadamente o trabalho do dia a dia que os Senhores Deputados desenvolveram e o qual é tão escrupulosamente escrutinado pelo público através dos órgãos de comunicação social. Os Relatórios de Atividade são públicos e estão acessíveis a todos quantos os quiserem consultar.

É minha opinião que o trabalho desenvolvido ao longo das últimas duas sessões legislativas revelou uma grande dinâmica de atuação parlamentar.

Tal é comprovado pelo trabalho legislativo efetuado e cumprido, pelo contacto com o eleitorado feito pelas Comissões no âmbito das suas deslocações aos distritos e pela, também, intensa atividade de representação internacional que esta Câmara realizou até hoje.

Destaco, aqui, o incremento das relações interparlamentares com os países vizinhos e com os países irmãos da CPLP, sem esquecer o facto de termos obtido junto da Assembleia Interparlamentar da ASEAN o estatuto de membro observador. Este estatuto permitir-nos-á acompanhar, em condições privilegiadas, o processo de adesão de Timor-Leste à ASEAN.

Ao nível de debate político destaco, ainda, a intensificação da fiscalização política do executivo consubstanciada numa presença mais frequente dos membros do Governo no Parlamento para efeitos de acompanhamento da execução orçamental e também o sucesso alcançado com a nova metodologia adotada no processo de discussão e aprovação dos Orçamentos Gerais do Estado para 2013 e para 2014, cuja votação resultou , em dois anos consecutivos, na unanimidade.

Ainda ao nível dos instrumentos de fiscalização política, constituímos a primeira comissão de inquérito parlamentar desta Legislatura, a qual iniciará funções agora.

Senhores Deputados,

Aproveito assim a oportunidade para reiterar os meus agradecimentos pelo trabalho desenvolvido pelos Senhores Deputados durante a Sessão Legislativa passada, com o apoio dos Funcionários, Agentes Parlamentares e Assessores Internacionais, e encorajar uma participação mais ativa e permanente de todos os Deputados no fortalecimento dos alicerces deste Órgão de Soberania.

Os debates no Parlamento devem permanecer uma plataforma de diálogo contínuo e saudável, respeitando a unidade na diferença, que conduza a um amplo consenso nos mais variados assuntos e salvaguardem os interesses permanentes do país.

De igual forma é importante manter a interação com o eleitorado, a nível de cada Distrito, com o objectivo de nos inteiramos melhor dos problemas dos cidadãos neles residentes.

Senhor Presidente da República,

Senhor Primeiro-Ministro,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Parlamento Nacional colabora com os restantes órgãos de soberania e do Estado sempre em cumprimento do respeito mútuos.

Por isso, acatamos a decisão do Tribunal de Recurso sobre a lei da Comunicação Social e introduziremos as alterações necessárias de modo a expurgar as inconstitucionalidades identificadas. No entanto, quando estiverem em causa princípios e valores constitucionalmente consagrados, optaremos naturalmente por aqueles que melhor garantam a independência nacional, a soberania, a segurança e a estabilidade do País.

Na Sessão Legislativa que agora inicia vamos dar prioridade à aprovação de um conjunto de diplomas os quais são estruturantes e basilares para o Estado, dos quais destaco os seguintes.

Queremos aprovar o pacote da lei das terras, instrumento essencial, indispensável e fundamental para alicerçar o desenvolvimento do país. É urgente concluir o processo e vamos fazê-lo de modo a salvaguardar os legítimos interesses e direitos de todos. Timor-Leste e os timorenses precisam de uma lei justa e que resolva de uma vez por todas as inúmeras e imensas questões abertas pelo devir da nossa história.

Queremos, também, rever a lei da pensão mensal vitalícia, cujo regime tendo já 7 anos, se revela desadequado à realidade atual e não cumpre as expectativas do povo.

Queremos, ainda, concluir o processo legislativo de aprovação do projeto de lei da anticorrupção o qual vem já da anterior sessão legislativa.

A corrupção, em qualquer das suas manifestações, representa um peso insustentável para qualquer sociedade principalmente para aquelas que são caracterizadas por grandes desigualdades sociais.

É uma das mais perversas categorias criminosas pois deteriora a capacidade dos estados em prover serviços essenciais para a população. Ela atrasa a ruptura dos ciclos de pobreza, da mesma forma que compromete a consolidação do avançar da democracia.

A corrupção é, efetivamente, hoje em dia a maior ameaça à democracia, uma vez que ela mina a confiança dos cidadãos perante o estado de direito.

No respeito ao princípio da interdependência entre os órgãos de soberania, o Parlamento Nacional tem respondido e continuará a responder às solicitações oriundas dos Tribunais no que toca ao prosseguimento dos procedimentos judiciais existentes.

A primeira condição na luta contra a corrupção é a existência de um poder judicial fiável, eficaz e independente.

Aos Tribunais compete-lhes administrar a justiça em nome do povo, devendo atuar de uma forma independente e em criterioso e exclusivo cumprimento da Constituição e da lei.

Os Tribunais, que administram a justiça em nome do povo mas não representam o povo, não são eleitos pelo povo, podem continuar a contar com a colaboração institucional do Parlamento neste desiderato, tal como têm sempre contado até agora. Rejeito que o Parlamento Nacional seja aqui um bloqueio à administração da justiça.

No entanto, o Parlamento Nacional estará muito atento às formas com que o combate à corrupção se pode revestir evitando assim que se torne numa ameaça ao próprio Estado.

O Parlamento Nacional estará bem atento ao facto do combate à corrupção poder servir outros fins que não o da simples administração da justiça.

Não admitiremos que uma campanha pela transparência seja demagogicamente usada e se transforme numa "caça às bruxas" ou no abuso de poderes que servem outros interesses estranhos que não os do Estado timorense, os do povo timorense.

O ónus da prova não foi ainda invertido e condenamos todo o julgamento feito na praça pública.

Estamos atentos e interviremos caso consideremos que a nossa soberania corre o risco de se afundar porque não estivemos unidos no propósito de consolidação do Estado. Não podemos permitir que questões internas sirvam de pretexto às nossas ameaças externas.

Uma casa, um Estado dividido não se mantem de pé. Uma Nação dividida não prevalece.

Tomaremos todas as medidas para salvar o Estado em articulação com os outros órgãos de soberania democraticamente eleitos.

Os Tribunais administram a justiça em nome do povo mas não contra o povo.

Senhor Presidente da República,

Senhor Primeiro-Ministro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nos últimos 6 a 7 anos temos vindo a assistir a fenómenos cujos contornos podem indiciar a utilização, por alguns, do sistema de justiça para fins de perseguição política, de vingança pessoal. Isto é, o que não se consegue através de eleições democráticas, usa-se a justiça para o alcançar.

Parece assistir-se a uma tentativa sistemática de decapitação completa dos Líderes Timorenses, tentativa essa iniciada nos 24 anos da Resistência Nacional.

Devemos estar muito atentos, vigilantes, para que, quando for o caso, o Estado e o Povo Timorense devem erguer-se a uma só voz para defenderem com determinação a independência nacional, a soberania e a integridade territorial do País.

Senhor Presidente da República,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Respeito a decisão de Vossa Excelência, Senhor Presidente, de conceder indulto, exercendo uma competência que lhe é exclusiva.

Tenho a certeza que, pelos seus 39 anos ininterruptos de serviço distinto e exemplar a este povo e a este País, fê-lo de forma profundamente meditada.

Lamento as críticas injustas, injuriosas e demagógicas feitas por pessoas ou entidades que não têm a mínima autoridade moral para o criticar.

A concessão do indulto e comutação de penas pelo Presidente da República ou a eventual concessão de amnistias pelo Parlamento Nacional (competências exclusivas de cada um destes dois órgãos de

soberania), podem ser exercidas de forma muito criteriosa, designadamente nas seguintes situações:

a) por razões humanitárias;
b) por razões de segurança e estabilidade nacional;
c) por erro judicial, nomeadamente quando no decorrer do processo são violados de forma grosseira os mais elementares princípios do direito, fundamentos do Estado de direito democrático.

Senhor Presidente da República,

Senhor Primeiro-Ministro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O contexto em que se encontra o nosso país reveste-se de uma grande relevância pois assinala mais uma importante etapa do processo de afirmação internacional do Estado, em que repousa a esperança e a aspiração do povo timorense.

Temos por isso que nos manter unidos para não assistirmos ao repetir de lamentáveis episódios da nossa história recente.

Timor-Leste atingiu um nível de estabilidade política, económica e social, reconhecida internacionalmente, e cabe-nos a nós timorenses zelar para que esta estabilidade, resultado da paz, seja preservada.

A consolidação desta estabilidade passa necessariamente pelo fortalecimento das instituições, através de um maior estreitamento das relações institucionais, existentes entre os órgãos de soberania timorenses assentes no respeito à Constituição.

O Parlamento Nacional, cuja composição representa a expressão de vontade popular, tem naturalmente um papel de grande relevo na consolidação e aprofundamento dessa estabilidade.

Deste modo continuará a promover uma cooperação construtiva com Vossa Excelência, com o Governo e com os Tribunais, na busca de soluções que conduzirão ao bem-estar dos timorenses.

Tenho muito orgulho no que construímos até agora.

Tenho muito orgulho nos líderes e nas instituições que temos.

Senhor Presidente da República,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Declaro aberta a Terceira Sessão Legislativa da Terceira Legislatura.

Muito Obrigado.